

62ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE DE GESTÃO DOS REJEITOS E SEGURANÇA AMBIENTAL

No dia 19 de setembro de 2022, às 09 horas e 05 minutos, iniciou-se a **62ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Gestão de Resíduos e Segurança Ambiental (CT-GRSA)**, com abertura pelo coordenador da CT-GRSA e representante do Instituto Estadual de Meio Ambiente (IEMA), Sr. Thales Del Puppo Altoé, que deu prosseguimento a pauta, conforme relatado a seguir. A reunião ocorreu na modalidade semipresencial e os participantes estão listados abaixo. Esta ata contém o resumo dos assuntos pautados previamente e dos principais debates ocorridos, conforme previsto no Art. 19 da Deliberação 7 do Comitê Interfederativo.

Dos participantes membros, registro: Presencial: Adelino da Silva Ribeiro Neto (IEMA), Jessica Luiza Nogueira Zon (IEMA), Jéssica Pereira de Souza (Prefeitura de Barra Longa), Luis Gabriel Menten Mendoza (Feam), Thales Del Puppo Altoé (IEMA). **Virtual:** Flávia Mourão Parreira do Amaral (CBH-Doce), Gilberto Fialho Moreira (Feam), José Maurício Pereira da Silva (Comissão de Atingidos de Rio Doce), Helen Roberta de Oliveira Araújo (SEMAD), Jadilson Lino de Oliveira Gomes (Comissão Quilombola de Atingidos de Degredo), Patrícia Rocha Maciel Fernandes (Feam).

Dos participantes convidados, registro: Presencial: Adelino da Silva Ribeiro Neto (IEMA), Andréia Garcia (WSP Golder), Camila Araújo Camargo (Feam), Ana Carolina Guimarães Antuno (WSP Golder), Antônio Henrique Araújo Freitas (WSP Golder), Carolina Rodrigues Rosas (Fundação Renova), Carolinne Lorranna Santos Dias (Feam), Edivania Antonia Gomes Grigorio (Comissão de Atingidos São José do Goiabal - MG), Eliza da Costa Mendes (Fundação Renova), Fábio Zacarias Pereira (Fundação Renova), Gabriel Kruschewsky (Fundação Renova), Giorgio Vieira Peixoto (Fundação Renova), Hana Dalila Fernandes (Fundação Renova), Janine Silva Luchi (Fundação Renova), Lauren Rodrigues Dias (ASPIPEC), Leandro Dias Pereira (Atingido Linhares - ES), Marcus Vinicius Estigoni (NHC), Matheus Guilherme Ramin (WSP Golder), Melina Marsaro Alencar (Fundação Renova), Neusa Stella Soares Alves (Atingido Aracruz - ES), Paulo Sérgio de Jesus (Secretariado/Flacso), Renato Correa de Oliveira (Atingido Resplendor - MG), Tereza Cristina Moraes de Oliveira Barbosa (Fundação Renova), Thiago Paiva (Flacso), Tuane Cafiero Garcia (EY), Vitor Wilson Cocco (Atingido Conceição da Barra - ES), Zilmaika Anjos dos Reis (Atingido Linhares-ES). **Virtual:** Ana Kelly Simões Rocha (IEMA), Ana Laura de Castro Aragão (SEPLAG), Anderson Jesus de Paula (Prefeitura de Mariana), Bárbara Nunes Alvares (Fundação Renova), Bernardo Dourado Ranieri (Fundação Renova), Carla Camila de Campos (Fundação Renova), Carla Santos (Fundação Renova), Carolina Schreiner Heck (Fundação Renova), Damiani Paolo Gomes Rocha (ASPERQD), Elilde Freire (Fundação Renova), Fernando Alves Guimarães (Fundação Renova), Gustavo Augusto de Almeida Castro (Samarco), Isabela Freire (NHC), Izabelle Juliana da Silva Almeida (Fundação Renova), Igor Olandim de Souza (Samarco), Julia Novaes Costa Lima (Fundação Renova), Juliana Silva Bitencourt (Fundação Renova), Laura Silveira Vieira (FEST - UFES), Luis Eduardo Viggers Paiva (Fundação Renova), Luiz Augusto Vieira Souza (Fundação Renova), Maria Luciene da Silva Lima (Fundação Renova), Mario José Soares (Samarco), Monica de Souza Mendes (FEST - PMBA), Pedro Ivo Diogenis Belo (Fundação Renova), Ricardo Vieira Del Peloso (Samarco), Sueli de Oliveira Ribeiro Pedrosa (Prefeitura de Mariana - MG), Thais Cristina Pereira da Silva (Fundação Renova), Thais Rezende (NHC), Úrsula Mares Vasconcelos Carneiro (Samarco), Valéria Alves (Fundo Brasil), Warley Braz Coelho (Fundação Renova).

Informes Gerais.	
Pauta	Discussão
a. Aprovação da Ata da 61ª Reunião Ordinária da CT-GRSA:	O Sr. Thales Del Puppo Altoé, coordenador da CT-GRSA, colocou a ata da 61ª Reunião Ordinária da CT-GRSA em aprovação. A ata da 61ª Reunião Ordinária da CT-GRSA foi aprovada, sem objeções dos membros e da Fundação Renova. A ata será assinada pela coordenação e será enviada a Secex para publicação na página do CIF/Ibama.
b. Reuniões Gerenciais CT-GRSA:	O Sr. Thales Del Puppo Altoé, coordenador da CT-GRSA, fez uma breve contextualização sobre os objetivos das Reuniões CT-GRSA Gerenciais ocorridas entre a 61ª e a 62ª R.O. da CT-GRSA: Reunião 04/2022: Nota Técnica Avaliação do Relatório Técnico – Estudo da Mancha de Inundação em 2D entre os Trechos T13 a T16 – Relatório Final.

Reunião 05/2022: Reunião para sanar dúvidas da consultoria/Fundação Renova a respeito das diretrizes a serem seguidas para o atendimento da Nota Técnica CT-GRSA n 03/2021 do estudo hidrossedimentológico, conforme determinação judicial.
Reunião 06/2022 (coordenação): Alinhamento sobre o Laudo Pericial – Segurança do Alimento: Pescado no rio Doce, foz e região marinha.

1. Manejo de rejeitos da área urbana e periurbana de Barra Longa e Regularização das intervenções nas APPs dos trechos à montante da UHE Risoleta Neves.

Pauta	Discussão
<p>Apresentação:</p>	<p>O Sr. Gilberto Fialho Moreira e o Sr. Luís Gabriel Menten Mendoza, representantes da Feam, apresentaram “Desfechos dos Processos de regularização das ações que ocorreram nos trechos 1 ao 12 do PMR e da área urbana de Barra Longa.” Após a apresentação, o Sr. Giorgio Vieira Peixoto, representante da Fundação Renova, apresentou uma complementação ao item de pauta, destacando “Manejo de rejeitos da área urbana e periurbana de Barra Longa.”</p> <p>Após as apresentações, o Sr. Thales Del Puppo Altoé, coordenador da CT-GRSA, agradeceu a Fundação Renova e a Feam pela apresentação. Em seguida, o Sr. Renato Correia de Oliveira, representante de atingidos de Resplendor/MG, questionou se projetos, como “Quintais produtivos”, executados em Barra Longa, seriam expandidos para outras regiões ao longo do rio Doce. O Sr. Giorgio Vieira respondeu que o programa apresentado corresponde unicamente a Barra Longa e a reparação é feita nos quintais que tiveram deposição de rejeitos, a partir das manifestações de seus proprietários. O Sr. Renato Correia destacou que outros quintais para além de Barra Longa foram atingidos pelos rejeitos e ressaltou a importância de expansão desse projeto para outros territórios atingidos ao longo do rio Doce. O Sr. Giorgio Peixoto disse que deve se avaliar caso a caso para entender as demandas de cada localidade e seus respectivos impactos. O Sr. Thales Altoé disse acreditar que o PG17 é um programa para atender a regiões rurais atingidas pelos rejeitos. O Sr. Renato Correia disse que se refere aos moradores de outros municípios que foram atingidos.</p> <p>A Sra. Flávia Mourão Parreira do Amaral, representante do CBH-Doce questionou pelo chat se os quintais, atendidos pelo programa apresentado pela Fundação Renova, possuem composteiras de orgânicos. O Sr. Giorgio Vieira respondeu que desde que seja viável e aceito pelo dono do quintal que os trabalhos são feitos em parceria com a ONG CPCD que faz o trabalho de planejamento voltado a essa atividade.</p> <p>O Sr. Jadilson Lino de Oliveira Gomes, representante da Comissão Quilombola de Atingidos de Degredo, parabenizou a Fundação Renova pelo projeto e disse concordar com a colocação do Sr. Renato Correia. Em seguida comentou sobre os quintais produtivos de Degredo que não podem mais ser utilizados devido a insegurança hídrica. Questionou se haveria a possibilidade de interface com outros programas para que essa iniciativa se estenda a outros territórios e se existe algum indicador que demonstre a satisfação dos atingidos com o programa. O Sr. Giorgio Vieira respondeu que há um critério de atendimento para esse programa que não é definido pela Fundação Renova. Para outros territórios, disse que deve se entender a demanda de cada um e verificar se essa encaixa em algum programa. Ressaltou que o caso de Barra Longa se refere a infraestrutura de recuperação de margem do rio e que os quintais na área foram perdidos e por esse motivo houve o reparo nesses terrenos, não sendo um programa específico e sim uma demanda de infraestrutura. Sobre a pergunta referente aos indicadores, respondeu que foram instalados 15 indicadores, mas que ainda não há resultados e que a previsão é de que esse levantamento seja feito no próximo ano.</p> <p>A Sra. Zilmaika Anjos dos Reis, representante de atingidos de Linhares/ES, teceu comentários sobre os cadastros de atingidos. Questionou se a partir da conclusão dos cadastros a Fundação Renova estaria preparada para a expansão de projetos. A Sra. Melina Marsaro Alencar, representante da Fundação Renova, disse que o manejo recebe os cadastros, mas que há vários estudos nos territórios para verificação de impactos para definição das demandas dos atingidos. Disse que o projeto dos quintais produtivos realizado em Barra Longa/MG não foi previsto para Linhares/ES devido ao tipo de impacto nessa região. A Sra. Zilmaika Reis pontuou o desejo das comunidades de que esses programas de</p>

sucesso sejam ampliados para outras regiões, como Linhares e Colatina no ES que de alguma forma são impactados pelos rejeitos.

O Sr. Laureni Rodrigues Dias, representante da ASPIPEC, questionou se haveria possibilidade de expansão do projeto realizado em Barra Longa para a comunidade de Pedra Corrida. O Sr. Giorgio Vieira disse que há projeto para recuperação de propriedade rural, PG17, que abrange essa região. Sobre a área urbana, disse que a princípio esse projeto é apenas de Barra Longa e que qualquer discussão nesse sentido pode ser feita na CT-Infra para verificação de critérios para atendimento de demandas.

O Sr. Vitor Wilson Cocco, representante de atingidos de Conceição da Barra/ES, questionou qual o suporte seria dado pela Fundação Renova aos atingidos para manutenção desse projeto. O Sr. Giorgio Vieira disse que pelo PG17 há assistência técnica rural durante dois anos e que os quintais recebem também assistência e capacitação do proprietário para a implantação. Disse ainda que a assistência técnica se inicia após a reparação e permanece por dois anos.

O Sr. Thales Altoé solicitou que se discutisse os encaminhamentos apresentados pelo Sr. Gilberto Fialho, referentes ao Sítio Caratinga, ARSH, CT-Flor e monitoramentos. O Sr. Luís Gabriel disse que em substituição ao PMR da área urbana, que foi uma requisição que se encontra em aberto, propôs como encaminhamento que a Fundação Renova apresente o AS IS das ações realizadas naquela área, como o manejo de Rejeitos. O Sr. Gilberto Fialho ressaltou que esse encaminhamento não se refere apenas as ações realizadas, mas também a ações que ainda serão realizadas, como monitoramentos. O Sr. Thales Altoé disse que esse seria como um relatório de execução do PMR destacando o que foi executado e o que será executado. A Sra. Melina Alencar disse que a Fundação Renova concorda com o encaminhamento e solicitou que se defina um prazo para envio de proposta de escopo ou itemização desse relatório para a Câmara Técnica. O Sr. Luís Gabriel ressaltou a importância de a Fundação Renova encaminhar a CT-GRSA um escopo do que será apresentado no relatório do AS IS.

A Sra. Melina questionou se a partir da validação do escopo do relatório se a CT-GRSA encaminhará ao CIF quanto ao atendimento da requisição do PMR de Barra Longa. O Sr. Gilberto Fialho respondeu que isso acontecerá após a análise e aprovação do relatório.

Sobre o Sítio Caatinga, o Sr. Luís Gabriel disse que a proposta é a implementação do plano de trabalho em cumprimento a DN 02 e ao CONAMA 420. O Sr. Gilberto Fialho ressaltou que o encaminhamento do Sítio Caatinga se refere a uma das operações de campo Watu em que foi identificado a presença de gados na área de deposição de rejeitos. Disse que foi solicitado a Fundação Renova que investigasse os riscos a que o proprietário estava exposto diante dessa situação. Disse ainda que já há um fluxo definido para essa questão. O Sr. Luís Gabriel destacou que a equipe da Geraq/Feam busca a simplificação dos processos para dar resposta mais célere a sociedade.

O Sr. Gilberto Fialho disse em relação a Avaliação de Risco a Saúde Humana e Risco Ecológico que há o Eixo 2 da ACP – Eixos Prioritários que trata desses estudos e que, portanto, estão sendo tratados em um estudo específico, não cabendo nenhum encaminhamento nesse sentido no âmbito dos processos de licenciamento de APP e da área urbana de Barra Longa. O Sr. Thales Altoé disse que o Sítio Caatinga seguirá o Plano aprovado, que a Avaliação de Risco a Saúde Humana está judicializado e que os monitoramentos já estão sendo executados pela Fundação Renova. Questionou ao Sr. Gilberto Fialho se haveria ampliação dos monitoramentos executados pela Fundação Renova. O Sr. Gilberto Fialho disse que deverá ocorrer o monitoramento da área de deposição de rejeitos para acompanhamento da CT, para verificação de possíveis impactos ambientais decorrentes disso. Em relação a CT-Flor, coordenador da CT-GRSA, Thales Altoé, orientou que a Fundação Renova procure essa Câmara para seguir suas orientações quanto à recuperação e o restauro florestal das APPs em questão. O Sr. Giorgio Vieira ressaltou que as atividades da CT-Flor se referem a área rural e disse que há um ponto de atenção referente ao campo de futebol e ao parque de exposição. O Sr. Gilberto Fialho ressaltou que deve haver o alinhamento entre as duas CT's, pois o reflorestamento é parte da execução do PMR. O Sr. Luís Gabriel sugeriu como encaminhamento que em havendo atividade pertinente de recuperação em área de APP que isso seja levado pela CT-GRSA a CT-Flor após recebimento do relatório enviado pela Fundação Renova. O Sr. Thales Altoé disse que há um entendimento referente a ações de manejo que se referem a questões relacionadas CT-Flor, de que estes devem seguir as recomendações da CT-Flor.

	<p>A Sra. Melina Alencar solicitou novos esclarecimentos sobre o encaminhamento referente ao Sítio Caatinga. O Sr. Luís Gabriel respondeu que o Sítio Caatinga segue o rito de uma requisição administrativa realizada no âmbito da operação Watu junto à Geraq/Feam. Disse ainda que serão tratados dois processos distintos com sinergia a partir dos resultados do estudo de risco de Caatinga para verificação se poderá ser utilizado no âmbito do Eixo 2. A Sra. Melina Alencar disse que o auto de infração de APP será endereçado para o IEF e ressaltou que Sítio Caatinga não foi depósito de rejeitos e sim outros tipos de resíduos, como de construção civil e, que a operação Watu verificou a necessidade de maiores detalhamentos desse local. Sobre o Plano de Trabalho para investigação confirmatória, disse que será executado pela Fundação Renova, conforme plano de trabalho apresentado e aprovado, exceto as matrizes vegetal e leite. Questionou qual seria a interface disso com o Eixo 2. O Sr. Thales Altoé disse que se não são rejeitos, essa condução pode se dar pelos métodos da Geraq/Feam. O Sr. Gilberto Fialho disse que se deve executar o Plano de Trabalho aprovado pela Geraq e que apenas se houver alguma identificação posterior, que haverá direcionamento para o Eixo 2. A Sra. Melina Marsaro questionou se então a Fundação Renova deve dar prosseguimento ao Plano de Trabalho com a otimização de outras duas matrizes e se a partir disso seria avaliado se entraria no Eixo 2. O Sr. Gilberto Fialho respondeu que sim, pois essa é uma avaliação preliminar e que somente após o resultado poderá haver alguma avaliação. A Sra. Melina Alencar disse que a Fundação Renova retornará ao ofício encaminhado pela Feam em 30 dias referente ao Plano de Trabalho. O Sr. Gilberto Fialho disse que a única pendência, além da própria investigação, seria a atualização do cronograma.</p>
Encaminhamento 62.1:	<p>A Fundação Renova encaminhará a CT-GRSA um escopo do AS IS do Manejo de Resíduos e ações de recuperação realizados na área urbana de Barra Longa, destacando o que foi e ainda tem que ser executado no âmbito do Plano de Manejo de Resíduos. Prazo: 30 dias.</p>
Encaminhamento 62.2:	<p>A Fundação Renova responderá a CT-GRSA o Ofício FEAM/GERAI nº. 134/2022, referente a “Resposta ao Plano de Investigação Preliminar elaborado para a área do Sítio Caatinga” apresentando um cronograma para execução do Plano. Prazo: 30 dias.</p>
Encaminhamento 62.3:	<p>A Fundação Renova encaminhará a CT-GRSA a proposta de monitoramento da Fazenda Vista Alegre para a avaliação da CT-GRSA. Prazo: 30 dias.</p>

2. Relatório das medidas de controle erosão e manutenção da bioengenharia implementadas nos trechos 1 a 11do Plano de Manejo de Resíduos.

Pauta	Discussão
Apresentação:	<p>O Sr. Gabriel Kruschewsky, representante da Fundação Renova, apresentou “Relatório das medidas de controle de erosão e manutenção de bioengenharia implementadas nos trechos 1 a 11 do Plano de Manejo de Resíduos”, destacando contextualização, objetivo, linha do tempo, ações executadas (fase 1, 2 e 3), pontos não trabalhados, continuidade do monitoramento e considerações finais.</p> <p>Após a apresentação, o Sr. Thales Del Puppo Altoé, coordenador da CT-GRSA, parabenizou a Fundação Renova pelo relatório, disse que as três primeiras fases estão bem detalhadas e que seria interessante a apresentação das localizações dos pontos. O Sr. Gabriel Kruschewsky disse que esses pontos estão bem detalhados no arquivo shapefile, anexo ao relatório. O Sr. Thales Altoé questionou se a Fundação Renova identificou nas cinco primeiras fases pontos reincidentes, com dificuldades de estabilização. O Sr. Giorgio Peixoto disse que o grande objetivo da recuperação da calha foi mantê-la o mais natural possível, então as ações de enrocamento foram em 18% das áreas implementadas e o restante foram aplicações simples mantendo o natural e que essas áreas em cheias tem maior probabilidade de erosão. Disse que ocorre novas erosões nessas áreas de intervenções mais simples após chuvas mais fortes. E que com o monitoramento verifica-se uma tendência de queda no número de erosão, o que é sinal de margens mais estáveis e uma situação de um rio “normal”, pois todo rio sofre com erosões em períodos chuvosos. Disse que pode sim haver novos pontos de erosão, mas que a ideia não é fazer intervenção com rocha em todos os trechos do rio, pois isso foge do objetivo de mantê-lo natural e deixa o rio mais linear. Destacou que em conversa com o CIF, está propondo uma reunião intercâmaras entre CT-Flor e CT-GRSA para o entendimento em relação a continuidade dos trabalhos realizados no</p>

Eixo 1 da ACP. Sobre o monitoramento de indicadores, o Sr. Thales Altoé disse que o relatório conclui que essas ações estão atreladas a Cláusula 160 do TTAC, mas ressaltou que boa parte dessas ações estão atreladas ao manejo de rejeito, pois isso foi estabilização *in situ*. Ainda disse que por não haver o estudo hidrossedimentológico, a CT-GRSA não consegue avaliar qual a alteração da bacia, se a produção de sólidos está normal em relação ao esperado. Disse também que pelos dados de turbidez ainda se considera a existência de alterações no rio, conforme Nota Técnica do IGAM em que aponta valores diferentes da faixa histórica, e que por isso há a preocupação de um encerramento muito precoce das ações e que por isso uma reunião intercâmaras seria sim importante para sanar essas questões. Ressaltou que a CT-GRSA entende essas ações como muito importantes e que a manutenção é o que garante a estabilização *in situ*. O Sr. Giorgio Peixoto disse que a Cláusula 160 do TTAC indica a implantação das contenções e controles de erosões até dezembro de 2017, e que esta foi finalizada e entregue em fevereiro de 2018 na CT-Flor as evidências da conclusão das atividades. E que após este período de implantação, conforme indicado no TTAC na continuidade da cláusula 160, é direcionado a continuidade destas atividades futuras de manutenção para a cláusula 151, que compete aos planos de manejo e hoje acompanhado dentro do eixo 1 da ACP.

A Sra. Jéssica Pereira de Souza, representante da Prefeitura de Barra Longa, questionou qual o prazo estipulado pela Fundação Renova para liberação de recursos para a recuperação da praça da cidade de Barra Longa. O Sr. Giorgio Peixoto respondeu que essa obra está relacionada ao PG10 de infraestrutura. O Sr. Thales Altoé, solicitou que a Sra. Jéssica Pereira envie a coordenação da CT-GRSA esse questionamento por e-mail para que este seja encaminhado a CT-Infra ou diretamente para a coordenação da CT-Infra. O Sr. Jadilson Lino de Oliveira Gomes sugeriu o envio direto para a coordenação da CT-Infra com cópia para seu e-mail, pois faz parte como colaborador undicado pelo CIP da CT-Infra.

3. Apresentação do Relatório Final de Mapeamento de Habitats Físicos dos Trechos T6 a T11.

Pauta	Discussão
Apresentação:	<p>A Sra. Melina Marsaro Alencar, representante da Fundação Renova, fez uma breve contextualização do estudo que resultou no Relatório Final de Mapeamento dos Habitats Físicos dos Trechos T6 a T11. O Sr. Gilberto Fialho Moreira, representante da Feam, disse que inicialmente havia dificuldade considerar a Morfologia do rio como um indicador, visto as dificuldades em medir a evolução das geoformas do rio e de sua recuperação e que a proposta da Fundação Renova era a retirada desse item como indicador por falta de parâmetros para a sua comparação, a CT-GRSA foi favorável à retirada, mas que em contrapartida fosse realizado como estudo, o Mapeamento dos Habitats Físicos, para possibilitar o acompanhamento e comparação da situação do rio anteriormente e posteriormente ao rompimento. A Sra. Melina Marsaro ressaltou que eram dois indicadores diferentes, um relacionado a geomorfologia do rio e o indicador de habitats físicos. Em seguida, o Sr. Marcus Vinicius Estigoni, representante da NHC, apresentou o Relatório Final de Mapeamento de Habitats Físicos dos Trechos T6 a T11. Após a apresentação, o Sr. Thales Del Puppo Altoé, coordenador da CT-GRSA, disse que pela apresentação, nota-se que a avaliação feita pela NHC se deu por percentuais dos tipos de habitats antes e após o rompimento. Disse que para o TTAC a análise deve-se dar no tempo pré e pós desastre e por área para verificação do tipo de habitat anterior e posterior ao desastre. Questionou se foi feita alguma comparação por áreas. O Sr. Marcus Estigoni respondeu que foi realizada a avaliação trecho a trecho e que nos rios Carmo e Doce a referência é baseada em dados históricos e que isso possibilita uma comparação, mas que existe a questão do conceito de equilíbrio dinâmico do transporte de sedimentos e se espera que o rio tenha um comportamento geral, com percentuais de presença dos tipos de habitats similares, mas que pontualmente as estruturas de habitats não necessariamente devem estar nos mesmos locais e podem se deslocar. Disse que por mais que se tenha algumas estruturas fixas em alguns pontos do rio, o deslocamento de estrutura de habitats corredeira é esperado. Sobre o trabalho por percentual de área, disse que a área do rio é função de seu nível d'água que pode variar para cima e para baixo e que em caso de se comparar os habitats físicos de um ano com outro havendo, por exemplo, 10cm de lâmina d'água diferente, se consegue se ver as mesmas</p>

estruturas de habitats, mas a área absoluta das estruturas de habitats será diferente.

O Sr. Gilberto Fialho disse que a preocupação é o comparativo feito entre o pré e o pós desastre e questionou se isso foi atendido a contento. O Sr. Marcus Estigoni respondeu que sim. Para os rios Doce e Carmo foram utilizadas imagens para comparação pré e pós desastre e que para o rio Gualaxo do Norte houve discussão desde a fase do Plano de Trabalho sobre a impossibilidade de utilização das imagens históricas de satélites anteriormente ao rompimento e que se concluiu que em trechos mais a jusante do rio Gualaxo era possível a utilização dessas imagens, pois era uma área que antes do rompimento era mais degradada, sem matas ciliares, o que possibilitava observá-lo nesses pontos. Disse que foi feita uma comparação com rios da região e que essa abordagem é utilizada pela geomorfologia e que essa foi a melhor abordagem utilizada e que foram utilizadas uma quantidade de amostras que fornecessem robustez estatística para a análise e que essa análise foi bem complexa contra diversos parâmetros de características físicas dos rios da região quanto a hidrologia, geologia, pedologia, uso e ocupação, área, tamanho dos rios, porte dos rios. Ressaltou que nenhum rio é exatamente igual e que essa distribuição em se trabalhar com 53 trechos de rios da região representa o padrão médio de qualquer rio da bacia do Doce com mesmas características de chuva, porte e área de drenagem. Sobre o Plano de Trabalho, o Sr. Gilberto Fialho ressaltou a importância de se entender a diferença metodológica do conceito de Habitats Físicos para a CT-GRSA e para a biologia que é utilizada na CT-Bio, sendo um caso de macro e micro habitats basicamente. Solicitou que a empresa contratada explicasse melhor como se daria a divisão do relatório e quais especialistas podem auxiliar a CT na análise desse relatório. O Sr. Marcus Estigoni disse que a discussão do tema na CT-GRSA se refere a escala de bacia hidrográfica e é utilizada como norteador para estudos mais detalhados. Sobre o relatório, o Sr. Marcus Estigoni disse que é um documento único de 60 páginas e que tem apêndices com temáticas específicas. Sobre os especialistas para análise do relatório, respondeu que podem ser profissionais com expertise em geomorfologia fluvial, geoprocessamento e aerolevantamentos. A Sra. Melina Marsaro disse que a Fundação Renova está à disposição da CT nesse processo de análise do relatório.

O Sr. Thales Altoé leu o seguinte questionamento recebido: “se haveria alguma explicação para o aparente aumento da quantidade de remansos”. O Sr. Marcus Estigoni respondeu que a hipótese é de que a onda de rejeitos removeu todas as estruturas de corredeiras e remansos e tornou o rio uma geometria de canal bem uniforme com declividade, largura e formato constante, típicas de habitat do tipo rápidos, e que o processo de caracterização e transformação passa pela formação de corredeira, que tem um material mais grosseiro, e alternância com a formação de remanso. Disse que era esperado que o rio voltasse a ter mais corredeiras e mais remansos e que o principal processo de transformação e recuperação do leito fluvial é o processo de erosão do material que foi liberado pelo rompimento e estava depositado no leito do rio, resultando na formação de características similares ao que era anteriormente ao rompimento. O Sr. Thales Altoé questionou se isso não poderia ser um indicativo de que o rio ainda possui dinâmica, ou seja, que ainda não possui estabilidade. O Sr. Marcus Estigoni respondeu que se espera que um rio tenha uma contínua dinâmica e que ao estar em um equilíbrio dinâmico, a presença percentual das estruturas de habitats tende a não variar. Ressaltou que nas comparações feitas com rios da região, notou-se que ele tem percentual similar de remansos, corredeiras. O Sr. Thales Altoé questionou se há noção de quantidade de corredeiras e que se poderia fazer um quantitativo do pré e pós desastre. O Sr. Marcus Estigoni disse que o percentual é um quantitativo adimensional, não se deveria comparar metros quadrados, mas que sim o valor percentual no rio. Sobre o quantitativo de pré e pós desastre, respondeu que esse resultado que quantidade de habitats está dentro dos apêndices e que essa era uma das requisições de Nota Técnica, quantificar os habitats físicos.

O Sr. Laureni Rodrigues Dias, representante da ASPIPEC, questionou se os trabalhos para a produção do relatório são resultado apenas de imagens aéreas. O Sr. Marcus Estigoni respondeu que a equipe foi pontualmente a alguns locais do rio e que o mapeamento completo foi feito por imagens aéreas de drones. Em seguida, o Sr. Laureni Rodrigues comentou sobre a existência de rejeitos no rio próximo a comunidade Pedra Corrida. O Sr. Marcus Estigoni respondeu que esse estudo não contempla especificamente a região a jusante do rio Doce. Disse que outros estudos podem responder a este questionamento e ressaltou que historicamente o rio Doce transporta muitos sedimentos resultantes

de minerações na região independentes do rompimento. O Sr. Lauren Rodrigues teceu novos comentários sobre os problemas presenciados pelos atingidos de Pedra Corrida no rio, como água escura, com mal cheiro e problemas de pele relatado por moradores. A Sra. Melina Marsaro disse que para cada localidade é definido em conjunto com a CT quais os impactos do rejeito e que esse estudo é específico a uma demanda da região a montante de Candonga. Ressaltou que o rio possui um contexto histórico de degradação e que toda essa poluição não pode ser desconsiderada. O Sr. Thales Altoé agradeceu a apresentação e destacou que esse estudo responde a uma demanda específica.

O Sr. Vitor Wilson Cocco, atingido Conceição da Barra- ES, questionou o que a Fundação Renova tem feito em relação ao carreamento de rejeitos para o mar. A Sra. Melina Marsaro respondeu que para cada região é realizado um estudo específico para dar resposta aos impactos relacionados aos rejeitos e que referente a região Deltaica e marinha alguns estudos foram remetidos a 12ª Vara Federal. O Sr. Thales Altoé disse que a CT-GRSA acompanha a região e que inclusive fez orientações referente ao Plano de Manejo de Rejeitos, mas que há uma paralisação devido a judicialização dos temas. Em seguida, leu o comentário do Sr. José Mauricio Pereira, representante da Comissão de Atingidos de Rio Doce, feito no chat “quanto usados como base de dados. entendo que os rios deveriam ter os perfis longitudinal e transversal semelhantes. O comportamento da avalanche de rejeito teve cada bacia um comportamento. No rio Gualaxo o equivalente a uma TR Milenar. O Carmo TR Centenaria O Doce de 10 a 20 anos.” O Sr. Marcus Estigoni disse que para a verificação da semelhança dos rios da região com o Gualaxo do Norte foi feita utilizando três classes de áreas de drenagem equivalentes ao Gualaxo do Norte ou subdivisões dela para escolhas dos trechos de rios e que ao se considerar uma mesma área de drenagem com uso e ocupação do solo semelhantes e dentro de uma região com o mesmo regime de chuvas, espera-se que esses rios possuam regime hidrológico similar e de mesma ordem de grandeza de vazões. Sobre variáveis declividade do perfil longitudinal, disse que foram selecionadas três classes de declividade. Em seguida, projetou a tabela com as três classes de declividade para melhor responder ao questionamento. Disse que a montante de Candonga a onda de rejeitos teve uma ordem de grandeza milenares e abaixo de Candonga um valor bem menor de uma cheia típica sem extravasamento.

O Sr. Renato Correa de Oliveira, atingido Resplendor – MG, questionou se com a limpeza do rio a montante se o rejeito não estaria sendo carreado para regiões a jusante. A Sra. Melina Marsaro respondeu que a Fundação Renova avalia o comportamento dos sedimentos que estão presentes na dinâmica do rio desde a barragem até o mar e que pode haver rejeitos nessas regiões sim. Ressaltou que a questão não é ter ou não ter rejeitos e sim o que aquilo representa em termos de impacto. Disse que estudos anteriores já demonstravam a presença de arsênio na região de Linhares ES e outros elementos, como resultado da exploração histórica da bacia do rio Doce. O Sr. Renato Correa comentou sobre a existência de vídeos que registram o lançamento de rejeitos retirados de Candonga no rio Doce. A Sra. Melina Alencar disse que todo o trabalho de recuperação na região de Candonga é monitorado e fiscalizado pelo sistema CIF e pelos órgãos ambientais. Solicitou que esses registros sejam encaminhados a CT-GRSA para investigação. Disse ainda que quando a Fundação Renova recebe esse tipo de relato, ela envia equipe a campo para checagem. O Sr. Thales Altoé solicitou que o vídeo seja encaminhado a CT-GRSA para esclarecimentos.

4. Apresentação do Plano de Trabalho de Atualização de Transectos – T6 a T16.

Pauta	Discussão
Apresentação:	A Sra. Melina Marsaro Alencar, representante da Fundação Renova, comentou que o objetivo desse ponto de pauta é a apresentação da proposição de escopo de trabalho para atualização dos transectos dos trechos T6 a T16, destacando um resumo do plano de trabalho, objetivos específicos propostos, a definição dos critérios adotados, como se deu a seleção dos transectos e as análises previstas e resultados esperados. Em seguida, a Sra. Ana Carolina Guimarães Antuno, representante da WSP Golder, apresentou o Plano de Trabalho de Atualização de Transectos – T6 a T16.

Após a apresentação, a Sra. Melina Marsaro disse que a ideia não é a apresentação de novos volumes de Planos de Manejo de Rejeitos e sim um resultado único e consolidado sobre a atualização da caracterização ambiental realizada nas primeiras versões dos PMRs.

O Sr. Thales Del Puppo Altoé, coordenador da CT-GRSA, questionou qual seria a origem dessa demanda, pois não se recordava de nenhum encaminhamento ou requisição sobre o assunto. A Sra. Melina Marsaro respondeu que nos Planos de Manejo de Rejeito a Fundação Renova indica como solução de manejo o acompanhamento da recuperação natural do rio e que para evidenciar isso é necessária reamostragem de transectos para avaliação dessas condições dos contextos intra e extracalha. O Sr. Thales Altoé disse que a CT foi solicitado o monitoramento das áreas como encaminhamento dos PMRs 15 e 16. Ressaltou que sua visão de monitoramento não seria a atualização de transectos e disse que o documento apresentado precisa ser analisado.

O Sr. Adelino da Silva Ribeiro Neto, representante do IEMA, disse que da forma como apresentado, esse não seria um monitoramento. A Sra. Melina Marsaro respondeu que a Fundação Renova entende como monitoramento o que é feito em uma sequência de coleta de dados e de forma sistemática, como no monitoramento do intracalha do *lag layer*. O Sr. Adelino Ribeiro questionou se seria uma coleta sistemática de dados. A Sra. Melina Marsaro respondeu que não e que por isso não está se chamando esses trabalhos de monitoramento. Disse que serão absorvidos dados de monitoramentos e que o intracalha a montante é o principal deles. Disse também que essa é uma campanha única e que a montante há uma coleta de dados mais constante e que para jusante o último trabalho de adensamento demonstrou que é impraticável propor uma rotina sistemática de coletas de dados por diversas campanhas e que por isso se trata de uma atualização.

O Sr. Adelino Ribeiro questionou o motivo da inclusão da Lagoa Nova e não a Juparanã nessa atualização. A Sra. Melina Marsaro respondeu que foram incluídas as lagoas do Baixo Doce que estavam no PMR piloto e que dessas lagoas houve uma amostragem da CH2M e que por Juparanã não ter tido contato com o rejeito, ela não foi considerada no trabalho e que a questão da retirada ou não da enscadeira ainda não está definida. Ressaltou que há o monitoramento do PMQQS que acompanha a condição da qualidade de água e sedimentos da lagoa Juparanã.

Quanto a mancha de inundação, o Sr. Adelino Ribeiro questionou qual será a considerada, pois nenhuma delas foi aprovada até o momento. A Sra. Melina Marsaro respondeu que na verdade não se trata de mancha de inundação e sim delimitação da área afetada ao longo dos trechos, sendo uma nova campanha de diagnóstico/caracterização ambiental por meio dos transectos utilizados nos PMR, só que mais robusta, com mais análises e, conseqüentemente mais informações. Em seguida, o Sr. Adelino Ribeiro questionou se dos trechos 13 a 16 não seria utilizado a mancha e qual seria o limite do extra calha. A Sra. Ana Carolina respondeu que são 20 metros após a margem, uma sondagem na margem e a outra sondagem a 20 metros após a margem. O Sr. Adelino Ribeiro questionou se isso até o trecho 16, pois esse chegou a 20 m. A Sra. Melina Marsaro disse que para jusante não foi definido e que isso pode ser definido em conjunto com a CT-GRSA. Disse que a proposição é de que não em todos os transectos seguindo as sessões transversais do rio, pois seria um esforço muito grande, mas em pontos específicos conforme critérios técnicos de planície de inundação, áreas com maior potencial de depósitos de sedimentos para se fazer pontos com mancha de inundação em diferentes TR's no intuito de se verificar o efeito de deposição nas diferentes manchas, buscando um retrato deposicional tendo como referencial as diferentes manchas. O Sr. Adelino Ribeiro questionou se o plano de trabalho seria entregue a CT-GRSA para discussão. A Sra. Melina Alencar disse que pode haver essa discussão, mas que o tempo é curto e que o objetivo é começar o trabalho de montante no período seco de 2022 e que no período chuvoso ainda seria possível fazer a coleta de dados em lagoas e reservatórios e ao retorno do período seco em 2023 continuaria o trabalho a jusante. O Sr. Adelino Ribeiro disse compreender, mas que a CT-GRSA precisa de tempo para entender o processo e o plano de trabalho, pois se o objetivo é realizar no período seco a apresentação a CT deveria ter ocorrido anteriormente. Disse que o período chuvoso se iniciará em 15 de outubro e questionou se a Fundação Renova iniciaria a coleta de dados antes disso. A Sra. Melina Marsaro respondeu que a ideia é aproveitar o esforço feito no monitoramento intracalha de equipe indo a campo, priorizando a montante. O Sr. Adelino Ribeiro questionou se o costeiro foi incluído na coleta do trecho 16. A Sra. Melina Marsaro respondeu que a princípio não, pois o critério foi baseado nas duas campanhas realizadas no PMR16. O Sr. Adelino

Ribeiro disse que o relatório entregue pela Fundação Renova, para o Trecho 16, indica dois locais próximos da foz do rio Doce em área costeira, Regência e Povoação, com potencial para presença de rejeitos. A Sra. Melina Marsaro respondeu que esse foi o motivo de retorno a campo na campanha de coleta e que as dúvidas teriam sido sanadas. A Sra. Andréia Garcia, representante da WSP Golder, respondeu que esses trechos não foram incluídos, mas que esses pontos podem ser revisitados. A Sra. Melina Marsaro reforçou que em se concluindo a necessidade de retorno a esses pontos, não haveria problema em reamostrar os dois pontos do ambiente costeiro.

O Sr. Adelino Ribeiro questionou se as Notas Técnicas CT-GRSA 14/2020 e 20/2021 foram consideradas nos trabalhos. A Sra. Melina Marsaro respondeu que as Notas Técnicas são recebidas pela Fundação Renova, avaliadas e os dissensos são justificados pelos memorandos técnicos. Disse que ainda não houve retorno da CT quanto ao memorando 16 e que em relação ao 15 já houve retorno. Reforçou que na definição de trabalho pode haver ajustes, como ocorreu com a inclusão da mineralogia a partir de avaliação da CT. O Sr. Adelino Ribeiro sugeriu a morfologia de grão, uma vez que ajuda na compreensão e é uma técnica simples realizada em campo. A Sra. Andreia Reina disse que se for uma análise simples, não há problema em fazer a inclusão sugerida.

O Sr. Adelino Ribeiro questionou qual a vantagem em se realizar esse estudo sem a entrega dos PMR's 13 e 14 para avaliação dos órgãos ambientais. A Sra. Melina Marsaro respondeu que a expectativa é recebê-los para o período seco de 2023. O Sr. Adelino Ribeiro questionou se a jusante será realizada somente em 2023. A Sra. Andreia Reina respondeu que sim. A Sra. Melina Marsaro reforçou que sim e que a prioridade no momento é a montante. Disse ainda que podem ser definidos os critérios técnicos para jusante no período seco de 2023 e que nesse intervalo pode se fazer em ambientes como lagos e reservatórios no período chuvoso.

O Sr. Thales Altoé disse entender que a motivação da Fundação Renova por essa proposta seria o monitoramento ambiental. Disse que a CT já se posicionou e que em relação aos trechos 15 e 16 a posição da Câmara é para que se evolua para a etapa de monitoramento. Disse não ver necessidade de urgência nesse monitoramento, sem que haja discussões técnicas, e que isso deve ser construído de forma a dar mais robustez ao monitoramento, até porque a CT-GRSA não tem nos próximos 30 dias tempo para analisar a proposta. Sugeriu prioridade em implementação de ações para melhor ideia de evolução e destacou que esse é o maior desastre ambiental da mineração no mundo e que pode levar décadas para que haja uma recuperação plena. A Sra. Melina Marsaro disse concorda que o tempo para resposta é pequeno e questionou ao coordenador o porquê de não realizar essa atualização, pois a realização nesse momento otimizará tempo e trará ganhos. Disse que pode haver uma otimização e aceleração de entrega de subsídio para montante e em um segundo momento discutir mais calmamente sobre jusante. O Sr. Thales Altoé disse concordar com a importância dos trabalhos, mas não com a urgência de sua execução. Disse que a CT-GRSA poderá emitir documentos que possam colaborar com esses trabalhos. Ressaltou que apesar dos memorandos da Fundação Renova, o posicionamento da CT-GRSA continua sendo o apresentado nas últimas Notas Técnicas e que as divergências nos trechos 15 e 16 podem resultar em divergências no produto que não resultará em uma resposta correta. Destacou também que há uma pendência judicial e reforçou que diante de todas as pendências e divergências, entende que esse custo não deva entrar no PG23 e que fique a critério da Fundação Renova a realização e que as empresas executoras arquem com os custos, pois a realização sem avaliação da CT-GRSA não deve entrar nos custos do PG23. A Sra. Melina Marsaro disse que os pontos apresentados pelo coordenador devem ser ponderados e questionou se isso deve ser também aplicado para montante, pois esses trechos não possuem pendências. O Sr. Thales Altoé disse que nos trechos 6 a 11 poderá haver essa possibilidade, mas que a CT precisará analisar o documento. A Sra. Melina Marsaro disse acreditar que diante de todos os avanços os trabalhos podem se iniciar a montante, pois esse será o um ganho para a CT.

Sobre o início do período chuvoso, o Sr. Adelino Ribeiro questionou como fariam esse trabalho. A Sra. Andreia Reina respondeu que será aproveitado o tempo sem chuva e que a limitação são fortes chuvas e que nesse caso haverá paralisação no rio e as atividades serão deslocadas para ambientes mais seguros. O Sr. Adelino Ribeiro disse que a questão é a equipe da CT conseguir analisar esse documento antes do início das chuvas. A Sra. Melina Alencar disse que a equipe do monitoramento intracalha já estará em campo. O Sr. Adelino Ribeiro disse que os trabalhos devem se iniciar após a análise da CT e

	<p>que, de acordo com as demandas já programadas na CT, também precisa de tempo hábil para analisar e, assim, se é interesse da Fundação Renova, tal documentação tem de ser apresentado o quanto antes. A Sra. Melina Marsaro disse que se trata de uma otimização dos trabalhos e que a Fundação Renova está disponível para discussões para sanar dúvidas. O Sr. Thales Altoé destacou a importância da evolução da fase de análise de documentos para a fase de monitoramentos.</p> <p>A Sra. Mônica de Souza Mendes, representante do FEST – PMBA, questionou no chat se foram apresentados outros estudos e se os relatórios estão disponíveis no site da Fundação Renova. O Sr. Thales Altoé respondeu que essa é uma proposta de estudo que se baseia em outros documentos e relatório emitidos pela Fundação Renova. Disse que esses documentos estão disponíveis no site do IBAMA e que podem ser solicitados ao secretariado desta Câmara.</p>
Encaminhamento 62.4:	A Fundação Renova encaminhará para a CT-GRSA o Plano de Trabalho de Atualização de Transectos de Montante – T6 a T16. Prazo: 30/09/2022.

5. Follow up sobre a execução dos projetos de lagoas marginais.

Pauta	Discussão
Apresentação:	<p>O Sr. Gabriel Kruschewsky, representante da Fundação Renova, apresentou a atualização do cronograma de andamento da recuperação das lagoas marginais. Ressaltou que em 2022 serão concluídas as intervenções em 4 lagoas, ficando 5 para o ano período seco de 2023.</p> <p>Após a finalização da apresentação, o Sr. Gilberto Fialho Moreira, representante da Feam, disse que além do item apresentação do projeto, que foi analisado e aprovado pela CT-GRSA, havia outros dois itens relacionados à obtenção de licença pela Fundação Renova e outro para contratação da empresa que iria executá-lo. Questionou se poderia considerar esses outros itens como atendidos. O Sr. Gabriel Kruschewsky, disse que há a licença de 8 lagoas que estão localizadas em uma mesma propriedade, e que está pendente a licença de apenas uma lagoa, localizada em outra propriedade rural. Com relação a contratação da empresa, o item está concluído, a empresa foi contratada, mobilizada e está executando as ações.</p>

6. Follow up das tratativas relacionadas ao manejo de rejeitos dos reservatórios da UHE Risoleta Neves (Candongá).

Pauta	Discussão
Apresentação:	<p>O Sr. Mario José Soares, representante da Samarco, apresentou o follow up das tratativas relacionadas ao manejo de rejeitos dos reservatórios da UHE Risoleta Neves (Candongá), destacando remoção de sedimentos nas proximidades do barramento principal da UHE Risoleta Neves, reforço nos blocos do barramento principal da UHE Risoleta Neves, obras de recuperação dos pontos nas margens do reservatório – status geral e detalhes.</p> <p>Após a apresentação, o Sr. Thales Del Puppo Altoé, coordenador da CT-GRSA, disse que o licenciamento ambiental aprovou toda a dragagem e que os trabalhos se iniciaram com o cenário 1, 400 a 450 metros, e que deveria ser entregue um projeto para a dragagem a SEMAD. Questionou se esse projeto já foi entregue. A Sra. Úrsula Mares Vasconcelos Carneiro, representante da Samarco, respondeu que a condicionante 2 da LOC previa a entrega de um projeto do cenário 1 de remoção total. Disse que essa condicionante foi entregue no prazo, mas que ainda não houve retorno da SUPRI. O Sr. Thales Altoé questionou a data de entrega da condicionante 2. O Sr. Ricardo Vieira Del Peloso, representante da Samarco, respondeu que a entrega da condicionante 2 ocorreu no dia 01/07/2022 e que não houve solicitação de dilação de prazo.</p> <p>Sobre a operação de dragagem, o Sr. Thales Altoé questionou se há números do acompanhamento dos trabalhos. O Sr. Mario José respondeu que a Samarco possui essas informações e que elas podem ser apresentadas ou encaminhadas para a CT-GRSA. O Sr. Gustavo Augusto de Almeida Castro, representante da Samarco, disse que há um controle</p>

diário da evolução da remoção e que isso pode ser compartilhado com a CT-GRSA. O Sr. Thales Altoé destacou que é importante a apresentação desses números para a CT para acompanhamento. A Sra. Úrsula Mares disse que na próxima reunião trará informações a respeito da curva de área e outros dados necessários.

O Sr. Thales Altoé comentou que a dragagem referente a recuperação da UHE está relacionada ao PG23 que é acompanhado pela CT-GRSA. A Sra. Úrsula Mares disse que houve um acerto em que o PG23 não acompanharia mais trecho 12 que está sob gestão do PG09. A Sra. Melina Marsaro Alencar, representante da Fundação Renova, disse que a dragagem dos 400 metros faz parte da Cláusula 450 e que a dragagem apresentada visa a retomada da operação da UHE e por isso é tratada dentro da LOC.

A Sra. Laura Silveira Vieira, representante da FEST – UFES, disse que possui alguns questionamentos referentes a dragagem da UHE Risoleta Neves e questionou como poderia encaminhá-los. A Sra. Úrsula Mares solicitou que esses questionamentos sejam encaminhados por e-mail a Samarco para resposta. Em seguida, a A Sra. Laura Silveira questionou o objetivo da dragagem na UHE. A Sra. Úrsula Mares respondeu que no momento o primeiro objetivo é a retomada das atividades da UHE Risoleta Neves. A Sra. Laura Silveira questionou quais seriam as medidas tomadas para se evitar o fluxo de sedimentos a jusante da UHE. O Sr. Mario José respondeu que o trabalho é realizado com um equipamento que ocasiona uma incidência de turbidez bem menor em relação a outras tecnologias disponíveis para evitar menores impactos. O Sr. Ricardo Vieira disse que há barreiras de turbidez, que são cortinas que seguram a movimentação de sedimentos, monitoramento de parâmetros físicos da qualidade da água com sondas 24h a jusante e a montante, coletas periódicas de parâmetros de ecotoxicidade. A Sra. Laura Silveira questionou se esses dados são públicos. O Sr. Ricardo Vieira disse que esses dados são enviados semestralmente para a SUPRI e ficam disponíveis no SEI.

A Sra. Laura Silveira questionou a quem encaminharia os questionamentos referentes a dragagem da UHE Risoleta Neves. O Sr. Thales Altoé respondeu que esses questionamentos podem ser enviados a CT-GRSA para encaminhamento a Samarco. A Sra. Úrsula Mares disse que muitas dessas informações são apresentadas na CT-Infra.

O Sr. Jadilson Lino de Oliveira Gomes, representante da Comissão Quilombola de Atingidos de Degredo, relatou que em uma de suas visitas técnicas ao trabalho de remoção de rejeitos na UHE, se preocupou com o transporte de rejeitos da Risoleta Neves até a Fazenda Floresta, pois nesse trajeto a água das caçambas caíam dos caminhões e poderiam contaminar o solo. O Sr. Mario José disse que o projeto de remoção dos sedimentos a 400 metros foi apresentado a SUPRI. Disse que há uma bacia para desaguamento que é monitorado e que todo o sequenciamento do barramento A até a Fazenda Floresta é monitorado. Sobre o transporte dos caminhões, disse que há monitoramentos. Ressaltou que o remanejamento de sedimentos se iniciou em abril e que o planejamento é de conclusão da remoção de sedimentos em novembro. O Sr. Thales questionou se a conclusão da remoção de sedimentos em novembro se refere aos 400 m ou a LOC completa. O Sr. Mário José respondeu que se refere os 400 m. O Sr. Thales Altoé questionou se há uma programação para a dragagem completa. A Sra. Úrsula Mares disse que há um projeto sim, mas que não há uma definição de quando ocorrerá o cenário 2, pois isso depende das intervenções de órgãos ambientais.

Após as discussões, o Sr. Thales Altoé apresentou dois vídeos de 15/08/2022, entregues por atingidos, denunciando o lançamento de materiais a jusante do barramento da UHE. Em seguida, solicitou esclarecimentos a Samarco sobre qual material estava sendo lançado da UHE a jusante da mesma. O Sr. Igor Olandim de Souza, representante da Samarco, respondeu que a usina foi limpa e que na parte do circuito hidráulico não há mais materiais e que o material dragado foi destinado a um bag externo que foi destinado ao setor 11. Disse que a usina está isolada do leito do rio e que nada entra dentro das estruturas da usina e não sai por causa das comportas fechadas. Sobre o vídeo, disse que se trata de uma movimentação de

	material no canal de fulga, que é uma área triangular de aproximadamente 2000m ² imediatamente posterior a saída d'água. Disse que esse material apresentado no vídeo está no leito do rio a jusante da UHE Risoleta Neves, que está sendo movimentado, tirando da saída d'água e jogando mais a frente. Disse ainda que isso não se trata de dragagem e sim de movimentação de material que já está no rio a jusante. O Sr. Thales Altoé questionou se mesmo não sendo dragagem, essa movimentação não seria passível de autorização ambiental. O Sr. Igor Olandim respondeu que não, pois a movimentação é dentro do canal de fulga da usina e que não está se retirando material como é feito a montante. O Sr. Thales Altoé agradeceu os esclarecimentos.
Encaminhamento 62.5:	A Samarco apresentará na 63ª Reunião Ordinária da CT-GRSA números referentes a volumes dragados no manejo de rejeitos dos reservatórios da UHE Risoleta Neves (Candongia), além de cronograma dos trabalhos, imagens de áreas dragadas.

7. Follow up do PG34 – Preparação para as Emergências Ambientais.

Pauta	Discussão
Apresentação:	<p>A Sra. Tereza Cristina Moraes de Oliveira Barbosa, representante da Fundação Renova, apresentou o cronograma de projetos e ações do PG34. Após a apresentação da informações referente ao cronograma das atividades do PG34, o Sr. Thales Del Puppo Altoé, coordenador da CT-GRSA, questionou se a Fundação Renova teve ciência do OFÍCIO 36 – COMPDEC/14 de setembro de 2022, em que solicita ampliação de prazo do Processo de Apoio à Defesa Civil para realização de atividades presenciais que foram prejudicadas durante a Pandemia de COVID-19. A Sra. Tereza Cristina respondeu que sim e que a Fundação Renova está analisando o ofício internamente para responde-lo. Em seguida, o Sr. Thales Altoé fez uma breve contextualização do ofício para entendimento dos presentes na reunião. Solicitou que a Fundação Renova analise a solicitação e que em sendo necessário pode haver uma reunião gerencial com os coordenadores das Defesas Civas, Fundação Renova e CT-GRSA para tratar o assunto. A Sra. Tereza Cristina concordou com a possibilidade de reunião gerencial para discussão da proposta. O Sr. Thales Altoé informou que incluirá a resposta a esse ofício como pauta da 63ª Reunião Ordinária da CT-GRSA. Parabenizou a equipe pela boa condução do PG34.</p> <p>O Sr. Gilberto Fialho Moreira, representante da Feam, comentou sobre o prazo previsto no cronograma para a capacitação das Defesas Civas. A Sra. Tereza Cristina disse que houve a revisão do prazo final para 2025. Disse que na revisão do escopo o prazo do Escola Segura e NUPDEC se encerraria em dezembro de 2022, mas que isso deve ser avaliado entre a CT, a Fundação Renova e as Defesas Civas. Sobre o curso de graduação, disse que a previsão de encerramento é 2023 e que a pós graduação se inicia em seguida até julho de 2025. O Sr. Thales Altoé disse que a CT-GRSA está aberta a possibilidade de reunião gerencial para discutir o cronograma do programa.</p>
Encaminhamento 62.6	A Fundação Renova apresentará na 63ª Reunião Ordinária da CT-GRSA resposta ao OFÍCIO 36 – COMPDEC/14 de setembro de 2022, em que solicita ampliação de prazo do Processo de Apoio à Defesa Civil.

8. Follow up do cronograma e ações desenvolvidas no âmbito dos programas PG23 (Atendimento ao encaminhamento 57.1):

Pauta	Discussão
Apresentação:	A Sra. Melina Marsaro Alencar, representante da Fundação Renova, apresentou cronograma e

ações desenvolvidas no âmbito dos programas PG23. Destacou o cronograma dos projetos Monitoramento de Dados Hidrossedimentológicos, Monitoramento de Transporte de Sedimentos a Montante de Candonga, Recuperação da Cachoeira Camargos, Recuperação das Lagoas Marginais, Manutenção da Bioengenharia e Controle de Erosão, Recomposição do Talude de Nazareno e Monitoramento Intracalha para avaliação do Lag Layer Trechos 06 a 11.

9. Follow up das entregas realizadas e a serem realizadas, no âmbito da ACP (Processo Judicial 0069758-61.2015.4.01.3400), correlacionados a CT-GRSA:

Pauta	Discussão
<p>a. Apresentar as últimas e as próximas entregas;</p> <p>b. Apresentar os desdobramentos dos itens correlacionados a CT-GRSA;</p> <p>c. Apresentar o status das ações realizadas pela Fundação Renova em atendimento às solicitações dos itens e seus desdobramentos.</p>	<p>A Sra. Melina Marsaro Alencar, representante da Fundação Renova, apresentou o follow up das entregas realizadas e a serem realizadas, no âmbito da ACP. Após a apresentação, o Sr. Thales Del Puppo Altoé, coordenador da CT-GRSA, questionou o prazo para encerramento do PMR 17. A Sra. Melina Marsaro respondeu que houve uma atualização de cronograma e que por estar judicializado o protocolo é feito pela 12ª Vara Federal. O Sr. Adelino da Silva Ribeiro Neto disse que apenas o cronograma estava judicializado e não a entrega, pois não há um item específico para a etapa 2 na ACP. A Sra. Melina Marsaro disse que há a obrigação de atualizar o cronograma, pois ele fez parte do Plano de Trabalho. O Sr. Adelino Ribeiro disse que não existe na ACP um item relacionado a etapa 2 do PMR17. A Sra. Melina Alencar respondeu que são os itens 13 e 14 do Eixo 1. O Sr. Adelino Ribeiro discordou e disse que esses itens já foram cumpridos, que o 13 é assinatura do contrato e o 14 mobilização e reforçou que os dois já foram realizados. A Sra. Melina Alencar disse que houve a necessidade de uma atualização do cronograma, que faz parte da entrega, para cumprimento dos itens 13 e 14 e que, por isso, isso ocorre no âmbito da 12ª Vara Federal. O Sr. Adelino Ribeiro disse que o item 13, referente a assinatura do contrato com a empresa que executará a etapa 2, já foi cumprido em dezembro de 2021 e o item 14, que se refere a mobilização de equipe, foi cumprido em março de 2022 e que eles não fazem parte do cronograma. A Sra. Melina Alencar disse que faria uma verificação interna, com a equipe da Fundação Renova, do entendimento, pois a premissa é de que o Plano de Trabalho fez parte do item para cumprimento e esse tinha um cronograma e que devido a necessidade de atualização esses protocolos serão realizados na CT-GRSA e na 12ª Vara Federal. O Sr. Adelino Ribeiro questionou a data de protocolo da atualização do cronograma. A Sra. Melina Marsaro respondeu que a atualização do cronograma será protocolada conforme o fluxo da 12ª Vara Federal for definido.</p>

Às 16 horas e 55 minutos, do dia 19 de setembro de 2022, o Sr. Thales Del Puppo Altoé, coordenador da Câmara Técnica Gestão de Rejeitos e Segurança Ambiental - CT-GRSA, finalizou a reunião agradecendo a participação de todos.

Ata aprovada em 13/10/2022 durante a 63ª Reunião Ordinária da CT-GRSA.

Thales Del Puppo Altoé

IEMA – Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Coordenador da CT-GRSA